

## BOLETIM 32

Brasília, 16 de dezembro de 2015

# Dilma diz a sindicatos que é preciso aprovar lei sobre acordos de leniência

A presidenta Dilma Rousseff se reuniu hoje (15) com centrais sindicais e entidades empresariais, que, entre outros temas, conversaram com a presidenta sobre a legislação envolvendo os acordos de leniência, em discussão no Congresso Nacional. As entidades, sindicatos e a presidenta concordam sobre a urgência da aprovação do projeto.

A questão é uma demanda das entidades empresariais e sindicais, pois algumas empresas envolvidas na Operação Lava Jato têm outros tipos de contratos para obras públicas e privadas que estão travadas.

A proposta foi aprovada no início de novembro no Senado e aguarda apreciação dos deputados. Quando começar a valer, o projeto vai permitir que empresas privadas acusadas de corrupção possam colaborar com as investigações de modo a reduzir penas e continuar participando de processos licitatórios e contratos com a administração pública.

De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Miguel Rossetto, há uma urgência com relação ao tema, mas ainda não houve uma deliberação por parte de Dilma no sentido de, por exemplo, elaborar uma medida provisória para agilizar os pontos que já estão em consenso com a Câmara.



*Presidenta reuniu no Planalto as Centrais Sindicais e as organizações empresariais*

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, representou a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) em razão da ausência do presidente José Calixto Ramos. Mazinho, mais uma vez, ressaltou a importância da indústria da construção civil na retomada das atividades produtivas, “pois o segmento representa o carro-chefe para a reativação de toda uma cadeia produtiva e para a recuperação dos empregos que foram destruídos”.

Mazinho afirmou que houve uma unanimidade dos representantes das Centrais Sindicais e das organizações patronais no sentido de se buscar soluções imediatas para a crise, como, por exemplo, a implementação dos chamados acordos de leniência, pelos quais as grandes empresas envolvidas em irregularidades poderão retomar suas atividades, gerando empregos e contribuindo para a reativação econômica, sem prejuízo do andamento dos processos no âmbito da justiça.

Na próxima sexta-feira, a presidenta Dilma ficou de emitir uma medida provisória de modo a regulamentar e estimular esses acordos de leniência, sem atingir, por outro lado, as questões

de natureza penal, pois esse procedimento seria inconstitucional.

"Existe um acolhimento por parte da presidenta com relação à demanda sobre a urgência [do projeto] da leniência. O ministro [da Casa Civil] Jaques Wagner está tratando disso. E a presidenta, a partir deste parâmetro, obviamente, vai fazer todo um esforço no sentido de agilizar a adoção de um marco legal para o processo de leniência", disse o ministro Rosseto.

De acordo com o vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, César Prata, o setor do "petróleo inteiro está travado". "Uma das propostas neste grupo de hoje justamente foi destravar a Lava Jato, tentar separar esse lado criminal do empresarial, porque tem empreiteiras envolvidas na Lava Jato que os seus responsáveis precisam ser punidos, mas as empresas precisam, de alguma forma, serem liberadas para continuarem os projetos", disse.

*Fonte: Portal EBC  
Comunicação CONTRICOM*

## Sindicalistas e empresários debatem propostas para retomar crescimento

Representantes de centrais sindicais e empresariais debateram nesta terça-feira (15) pela manhã (**foto**) sete propostas para retomada do crescimento econômico no país, apresentadas no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, em Brasília.

Eles vão entregar o documento à presidenta Dilma Rousseff.

"Os sete pontos são muito convergentes e é uma agenda que traz um sentido de urgência. A urgência de interrompermos o momento de desemprego, de recuperarmos o ambiente de geração de emprego, de investimentos. O importante é esta convergência entre a representação sindical e empresarial trabalhando junto para uma agenda de retomada de crescimento econômico", afirmou o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, após o encerramento do encontro.



No início dos debates, Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentou o documento – Compromisso pelo Desenvolvimento – com as sete propostas de crescimento. Consolidado em menos de um mês, as ideias são fruto de debates e já têm o apoio de cerca de 70 entidades, tanto sindicais quanto empresariais.

Entre as propostas estão a retomada dos investimentos públicos e privados em infraestrutura produtiva - com ampliação de instrumentos de financiamento; a ampliação dos investimentos no setor de energia; o destravamento do setor de construção; o aumento da produção e exportação da indústria de transformação; a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo; a ampliação



do financiamento de capital de giro para as empresas e a adoção de políticas de fortalecimento do mercado interno.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que representou a NCST no encontro, da qual é vice-presidente, fez um diagnóstico da crise, enfatizando a importância da construção civil “como porta de saída da crise econômica e fator decisivo para a recuperação da empregabilidade, pois trata-se de um setor que envolve uma cadeia produtiva com capacidade de responder com rapidez aos investimentos”. E voltou a defender a adoção implementação dos “acordos de leniência”, sem prejuízo dos processos legais das empresas envolvidas em irregularidades.

Durante o debate, Antônio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), questionou o fato de o Brasil não usar os 370 bilhões de dólares que possui em reservas internacionais para amenizar os efeitos da crise econômica. “Se temos, traz para cá. Poupança é para isso. Hoje temos 370 bilhões, inclusive a juros negativos, pagando para deixar esse dinheiro lá fora. Por que não pegam um pedaço grande disso e colocam aqui, para resolver os problemas, injetar no desenvolvimento?”

Jorge Abrahão, presidente do Instituto Ethos, cobrou apoio e rapidez do governo para que a agenda seja posta em prática. “Um sentimento que nos une é o de inconformismo com a previsão de um ano de 2016 com redução forte de atividade econômica”.

Luiz Moam, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, disse que o governo não deve parar de adotar medidas em função dos problemas políticos. “Devemos separar as questões políticas das econômicas. E o Congresso Nacional deve

continuar votando as questões de caráter econômico”, afirmou Moam.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, defendeu que o governo precisa mudar o eixo da política econômica. “Sem mexer na taxa de juros, nós não vamos sair da crise. Se não tiver aporte no financiamento, não vamos sair da crise. Temos que achar caminhos, achar soluções”, disse.

Representantes dos aposentados também estiveram na reunião e ressaltaram a importância de participarem das discussões.

O ministro Armando Monteiro, da Indústria e Comércio, participou do debate e afirmou que as propostas apontam numa direção correta. Ele destacou o sentido de urgência na efetivação da agenda e falou sobre a importância do ajuste fiscal. “A retomada [do crescimento econômico] se dará com o ajuste da correção fiscal. E este Fórum precisa efetivamente fazer uma interlocução com o Congresso Nacional e sinalizar a necessidade de que medidas absolutamente necessárias se completem”.

*Fonte: Portal EBC*

## **Congresso mantém veto à desaposentação**

O Plenário do Congresso Nacional manteve nesta terça-feira (15) todos os vetos da presidente Dilma Rousseff a cinco projetos de lei ou medidas provisórias, inclusive o mais polêmico deles, sobre desaposentação.

Votado separadamente pelo painel eletrônico, o veto à desaposentação foi mantido por insuficiência de votos na Câmara dos Deputados. Houve apenas 181 votos contrários



(eram necessários 257) e outros 104 a favor do veto. Devido ao resultado, o veto não precisou ser votado pelo Senado.

O mecanismo vetado permitiria o recálculo da aposentadoria após a pessoa ter continuado a trabalhar depois de se aposentar.

A matéria foi introduzida pela Câmara na Medida Provisória 676/15 quando de sua tramitação na Casa. O tema original da medida é a nova regra conhecida como 85/95. Por essa regra, quem tiver a soma de idade e de tempo de contribuição igual a 85 (mulher) ou 95 (homem) poderá se aposentar com salário integral até 2018. A MP foi transformada na Lei 13.183/15.

O sistema é uma alternativa ao fator previdenciário, uma fórmula que diminui a aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social se a pessoa se aposentar mais cedo.

#### **Causa na Justiça**

No caso da desaposentação, o governo argumenta que ela “contraria os pilares do sistema previdenciário brasileiro, cujo financiamento é intergeracional e adota o regime de repartição simples”.

Como o fator previdenciário diminui o salário, se a pessoa continuar a trabalhar e a contribuir com a previdência, acumulará mais período de contribuição ao mesmo tempo em que recebe aposentadoria. O mecanismo da desaposentação permitiria a contagem do tempo total para aumentar os proventos.

Desde 2003, o Supremo Tribunal Federal (STF) está com o julgamento parado de um recurso sobre o tema. Até o momento, a decisão está empatada, com dois ministros favoráveis ao mecanismo e outros dois contrários.

Dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) indicam que, em agosto de 2014,

havia cerca de 70 mil ações na Justiça pedindo a desaposentação, com um custo estimado pelo governo, também em números da época, de cerca de R\$ 50 bilhões.

*Fonte: Agência Câmara*

## **CDH quer mais debate sobre projeto que regulamenta Emenda Constitucional do trabalho escravo**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) propôs nesta terça-feira (15) que o projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 81, do trabalho escravo (PLS 432/2013) , seja retirado da pauta do Plenário, onde se encontra em regime de urgência para votação.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), quer ainda que o projeto seja examinado pelas comissões do Senado antes da votação no Plenário e passe ainda por sessão temática.

#### **Atividade degradante**

O PLS 432/2015 — elaborado pela Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, formada por deputados e senadores — foi discutido pela CDH nesta terça como parte do ciclo de debates "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação".

A audiência contou com a participação do ator Wagner Moura, que é embaixador da Boa Vontade da ONU e militante da causa. Ele disse que



trabalho escravo é qualquer atividade que seja degradante à natureza humana do trabalhador.

### Sem indenização

O PLS 432/2013 define trabalho escravo; estabelece que o mero descumprimento da legislação trabalhista não caracteriza trabalho escravo; determina que todo e qualquer bem de valor econômico – apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou da exploração de trabalho escravo – seja confiscado e revertido ao Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins.

### Características do trabalho escravo de acordo com o PLS 432/2013

- Submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal;
- Cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;
- Manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; e
- Restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

*Fonte: Agência Senado*

## Empresas terceirizadas também tiveram participação em tragédia de Mariana, dizem sindicalistas

Empresas terceirizadas também tiveram responsabilidade na cadeia de acontecimentos que resultaram na tragédia de Mariana (MG) e na destruição do Rio Doce. Foi o disseram, nesta terça-feira (15), os convidados para debater, na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), o projeto que regulamenta a terceirização. Duas barragens com lama tóxica, com rejeitos de mineração da empresa Samarco, se romperam em Minas no início de novembro, deixando um enorme rastro de mortes e de destruição ambiental até litoral do Espírito Santo.

— O desastre de Mariana foi um crime ambiental, político, social e um crime contra o meio ambiente. Mais uma vez podemos ver que as empresas terceirizadas foram o centro de tudo o que aconteceu — declarou Paim, sem eximir a Samarco, que é controlada pela mineradora Vale e pela empresa australiana BHP.

O secretário da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Moacyr Roberto, também disse que as empresas terceirizadas contribuíram para que a tragédia ocorresse.

— Os trabalhadores que hoje estão lá e não tiveram participação nenhuma no acidente, além de perder seus empregos, perderam parte de suas histórias. E isso é algo lamentável — acrescentou.

Durante a reunião, os convidados se posicionaram contra o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que amplia as possibilidades de terceirização da mão de obra.



Fonte: Agência Senado

## **Governo Dilma continua com 70% de desaprovação, diz CNI/Ibope**

O governo Dilma Rousseff foi considerado ruim ou péssimo para 70% da população, em dezembro, um ponto percentual acima dos 69% registrados em setembro, revela a pesquisa CNI/Ibope, divulgada nesta terça-feira (15) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a CNI, é um novo recorde negativo da popularidade da presidenta.

O percentual de pessoas que consideram o governo ótimo ou bom é 9%. Na pesquisa anterior, era 10%. Para 20%, o governo da presidenta é avaliado como regular. Em setembro, era 21%.

A pesquisa mostra que 82% desaprovam e 14% aprovam a maneira de a presidenta governar. Na pesquisa anterior, esses percentuais eram os mesmos.

São 78% os brasileiros que não confiam na presidenta, enquanto 18% confiam, segundo o Ibope. Em setembro, esses índices estavam em 77% e 20%, respectivamente. O levantamento mostra que 81% da população avaliaram que o segundo governo Dilma está sendo pior do que o primeiro.

Sobre as perspectivas com relação ao restante do governo Dilma, apenas 9% acreditam que será ótimo ou bom e 65% pensam que será ruim ou péssimo.

O levantamento também avaliou as ações do governo em nove áreas. As áreas com as melhores avaliações são combate à fome e à

pobreza com 27% de aprovação e educação, com 22%. As ações do governo com as piores avaliações são: impostos em que 91% desaprovam e taxa de juros, com 91% de desaprovação. Além dessas, as outras políticas analisadas foram combate ao desemprego, meio ambiente, saúde, combate à inflação e segurança pública.

Segundo o Ibope, o percentual da população que considera as notícias recentes mais desfavoráveis ao governo passou de 66%, em setembro, para 75%. Notícias sobre o impeachment da presidenta Dilma foram citadas por 50% dos entrevistados, Operação Lava Jato/Corrupção na Petrobras, por 13% e corrupção no governo, por 7%.

A pesquisa foi feita entre os dias 4 e 7 deste mês com 2.002 pessoas, em 143 municípios. A margem de erro é dois pontos percentuais e, segundo a CNI, o grau de confiança da pesquisa é 95%.

*Fonte: Agência Brasil*

## **Reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat)**

O ministro Miguel Rossetto, do Trabalho e Previdência Social, abre nesta quarta-feira (16), em Brasília, a 133ª reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Entre os assuntos a serem discutidos no Conselho está a Proposta de Resolução que aprova a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2016 – PDE/2016.



Fonte: MTE

## Caixa libera abono salarial para aniversariantes de dezembro

Trabalhadores nascidos em dezembro e que possuem conta na Caixa Econômica Federal começaram a receber nessa terça-feira (15) o abono salarial do Programa de Integração Social (PIS). Para os clientes de outros bancos, o benefício estará disponível a partir de quinta-feira, dia 17.

O benefício equivale a um salário-mínimo R\$ 724 e é pago aos trabalhadores que têm pelo menos cinco anos de cadastro no PIS/Pasep e que trabalharam, no mínimo, 30 dias em 2014, recebendo, por mês, até dois salários-mínimos.

Os que possuem conta na Caixa recebem o abono do PIS por meio de crédito em conta. O saque do benefício pode ser feito por meio do Cartão do Cidadão nos caixas eletrônicos e nas Casas Lotéricas, ou nas agências da Caixa, com a apresentação do número do PIS e um documento de identificação.

O benefício ficará disponível para saque até o dia 30 de junho do ano que vem. Para saber se tem direito a receber o benefício, o trabalhador pode consultar o site da Caixa, no endereço [servicos sociais.caixa.gov.br](http://servicos sociais.caixa.gov.br), ou ligar no número 0800 726 0207; repetindo, 0800 726 0207.

No próximo mês, para os trabalhadores nascidos em janeiro e fevereiro, o pagamento vai ser realizado a partir do dia 12 de janeiro.

Fonte: Portal EBC

## Turma reconhece danos existenciais a trabalhador submetido a jornada de até 13 horas por dia

A Engecram Indústria da Construção Civil, de Telêmaco Borba, deverá indenizar em R\$ 10 mil um operador de máquinas submetido habitualmente a jornada extenuante de até 13 horas por dia, extrapolando os limites da legislação. Para os desembargadores da 2ª Turma do TRT-PR, a frequente prestação de serviços em período superior a dez horas impõe ao empregado condição indigna de vida, prejudicando o convívio social e familiar do trabalhador.

A decisão, da qual cabe recurso, reconheceu a violação aos direitos de personalidade do empregado e determinou a reparação pelos danos existenciais.

O trabalhador foi contratado em dezembro de 2010 e operava equipamentos que removiam terra e entulhos para a construção de pontes e estradas. Ele prestava serviços de segunda a sábado, das seis horas da manhã às oito da noite, com uma hora diária de intervalo. De acordo com os magistrados, a jornada infringe o artigo 59 da CLT, que prevê máximo de duas horas extras por dia, e causa reflexos negativos na vida pessoal, familiar e social do empregado.

"A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, conhecida como a Declaração de Estocolmo de 1971, prevê, em seu primeiro parágrafo, que o ser humano tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao gozo das condições de vida adequadas num meio ambiente de tal qualidade que lhe permita levar

uma vida digna de gozar do bem-estar", observou a desembargadora relatora do acórdão, Marlene T. Fuverki Suguimatsu.

A decisão, que modificou a sentença de primeiro grau, condenou a Engecram a pagar ao operador de máquinas R\$ 10 mil de indenização pelos danos existenciais causados. Processo nº 00272-2013-671-09-00-0

*Fonte: Jusbrasil*



## Federação do RS entra com dissídio para garantir reajuste

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pelo companheiro Aroldo Garcia (*foto*), que também é secretário de Finanças da CONTRICOM, após ingressar com ação de dissídio contra o Sindicato das Indústrias de Mármore, Granitos e Rochas Ornamentais, em reunião realizada no Tribunal Regional do Trabalho

– 4ª Região -, conseguiu acordo coletivo pelo qual todas as cláusulas econômicas da categoria foram reajustadas em 8,5%.

Esse índice recairá sobre o piso admissional de serventes e profissionais, bem como sobre o auxílio-alimentação/cesta-básica, o auxílio educação. Pelo acordo, a data-base da categoria ficou mantida em 1º de maio e os valores correspondentes às parcelas vencidas começaram a ser pagas em novembro.

Segundo Aroldo Garcia, nesse quadro de crise econômica e de recessão, o acordo representou uma importante conquista da categoria, pois a entidade patronal resistia em apresentar uma proposta diante da reivindicação dos trabalhadores, o que levou a Federação a entrar com o dissídio coletivo junto à Justiça do Trabalho, o que foi determinante para a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**